

Resumo Expandido (Pôster): Eixo 6 – Educação de Jovens e Adultos

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA VIDA ADULTA: DESAFIOS E PRÁTICAS NO ENSINO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Alice Fogli da Silva –IFSP/Boituva¹

Thalita Gabrielly Prestes Marcelino - IFSP/Boituva²

Jociane Marthendal Oliveira Santos- IFSP/Boituva³

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de compreender como os estudantes da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA), tem desenvolvido suas atividades educacionais e quais técnicas e métodos os docentes utilizam em seu trabalho com este público da modalidade de ensino Educação Especial. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e o desenvolvimento deste estudo se orientou metodologicamente por um levantamento de literaturas específicas nas bases de dados BDTD, Scielo e Capes Periódicos e de análise documental. Este estudo, como parte de um estudo maior de conclusão de curso em pedagogia, revelou resultados parciais que indicam que, apesar de amparados pela lei os educandos, público-alvo deste estudo, não possuem uma metodologia efetiva para aprendizagem de forma equitativa, se comparado com os demais estudantes do EJA. Este estudo contribui para o debate sobre equidade educacional para estudantes portadores de necessidades especiais na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação de Jovens e Adultos; Metodologias

Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) afirma que é dever do Estado que na educação escolar pública haja "acesso público e gratuito aos ensinos fundamentais e médio para todos os que não os concluíram na idade própria" e "oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola". Portanto:

A expansão da EJA implica não apenas em aumentar o número de vagas, mas, sobretudo, em criar condições reais para o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes, respeitando suas especificidades e garantindo uma educação de qualidade (Brasil, 2006, p. 19).

Outra garantia apresentada na LDB (Brasil, 1996) é o dever do Estado na educação escolar pública considerando o "atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de

¹ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia – IFSP, a.fogli@aluno.ifsp.edu.br

² Graduanda em Licenciatura em Pedagogia – IFSP, g.thalita@aluno.ifsp.edu.br

³ Doutora em Educação pela UFSCar e docente para o curso de pedagogia no IFSP câmpus Boituva.
ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0881773975437368>, ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0980-6724>

ensino". Portanto, os sistemas de ensino assegurarão recursos educativos específicos para atender as necessidades dos alunos.

Porém quando se trata da EJA até mesmos os dispositivos legais são genéricos. Um exemplo disto é a BNCC. Este dispositivo não possui um documento específico e exclusivo para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). No entanto, a BNCC estabelece diretrizes e competências gerais para toda a educação básica, e esses princípios servem como uma referência para a EJA. O que acontece é que as redes de ensino e as escolas, de forma autônoma, adaptam a BNCC para a realidade e as necessidades do público da EJA.

A trajetória escolar dos educandos com deficiência na EJA necessita ser discutida no contexto educacional brasileiro, tanto na parte acadêmica quanto na prática, indicando novas possibilidades de estudos ressaltando que embora tenhamos dispositivos legais, a garantia de direitos se faz a partir da implementação das políticas públicas.

Segundo Leite e Campos (2018) a "escassez de políticas públicas que tornem a escolarização na EJA efetiva, problemas no atendimento pedagógico, dificuldade em compreender a deficiência, processos de exclusão e abandono escolar" são as maiores dificuldades na prática nesta modalidade.

Segundo Santos (2020), é preciso deixar de olhar os sujeitos apenas a partir de suas limitações, pois somente com a mudança desse olhar será possível fazer com que essas pessoas possam usufruir do direito à educação, tornando-se sujeito autônomo. A autora entende que a educação de jovens e adultos faz parte da perspectiva de inclusão em sociedades democráticas, e esse conceito complementa o pensamento de que a EJA teve esse direito negado historicamente, existindo, atualmente, a necessidade social da busca de acesso a esses direitos.

Para Arroyo (2017, p.63), é preciso "reconhecê-los sujeitos de valores, justiça, dignidade, equidade, de consciência de si e do mundo". Este mesmo autor afirma que sabemos que muito já foi feito para a integração de jovens e adultos no ensino, mas é inegável que ainda existe muita dificuldade não só no acesso, mas na permanência desses estudantes.

Materiais e métodos

Esta investigação adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na pesquisa bibliográfica e documental. A opção por esse tipo de metodologia se deve ao objetivo de compreender, por meio de estudos já realizados, de que forma vêm sendo conduzidas as práticas educativas na EJA, especialmente no que se refere ao atendimento de estudantes da educação especial, bem como os recursos e estratégias pedagógicas empregados pelos professores em seu cotidiano.

Para a construção do referencial teórico desta pesquisa, foram realizadas buscas sistemáticas em três bases de dados acadêmicas: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Buscou-se identificar trabalhos que discutissem a inter-relação entre a EJA, a Educação Especial e as abordagens metodológicas adotadas. O recorte temporal considerou as primeiras reformulações da BNCC a partir de 2017 a 2024. O Quadro 1, a seguir, apresenta um resumo dos resultados obtidos.

Quadro 1: Resultados da pesquisa nas bases de dados acadêmicas (2020–2024)

Base de dados	Descritores	Resultados encontrados	Critério de seleção	Trabalhos
CAPES	Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Metodologia	11 artigos	Proximidade entre os objetivos das pesquisas e a proposta deste trabalho	3 artigos
BDTD	Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Metodologia	75 trabalhos	Aprofundamento teórico e metodológico apresentado nas pesquisas	4 dissertações
SciELO	Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Metodologia	-	-	-

Fonte: Construção das autoras por meio dos dados da pesquisa

Conforme apresentado no Quadro 1, a busca na base de dados da CAPES resultou em 11 publicações, das quais apenas 3 foram consideradas relevantes após análise de aderência ao tema. Na BDTD, embora tenham sido localizados 75 trabalhos, somente quatro atenderam aos critérios definidos para a pesquisa. Por outro lado, a busca na plataforma SciELO não retornou estudos que correspondessem às palavras-chave utilizadas, o que pode apontar para uma lacuna na produção científica indexada acerca da educação especial no âmbito da EJA. A seleção realizada possibilitou a constituição de um conjunto sólido de referências que fundamentam as discussões propostas nesta investigação.

Discussão dos resultados

A discussão sobre Educação Inclusiva na Vida Adulta, especificamente para pessoas com deficiência na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), é fundamentada por marcos legais e conceituais essenciais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 é um pilar central, estabelecendo o dever do Estado de garantir "acesso público e gratuito aos ensinos fundamentais e médio para todos os que não os concluíram na idade própria" e a "oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola" (Brasil, 1996).

A Constituição Brasileira de 1988 (Capítulo I, Sessão I, Art. 205) reafirma a Educação como um direito de todos (Brasil, 1988). Contudo, os dados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil, 2022) indicam que há um longo caminho a percorrer para a garantia total do direito à educação para jovens e adultos com deficiência. O Censo aponta uma diminuição de 20,9% nas matrículas da EJA no estado de São Paulo entre 2019 e 2023. Em contraste, as matrículas da Educação Especial em geral cresceram 41,6% no mesmo período, atingindo 1,8 milhão em 2023, com a maioria incluída em classes comuns. Todavia, os dados revelam que, especificamente na EJA, a Educação Especial carece de índices sobre práticas aplicadas no ensino.

As dificuldades destacadas por Leite e Campos (2018) – a falta de políticas públicas efetivas para a escolarização na EJA, problemas no atendimento pedagógico, a dificuldade em compreender a deficiência e os processos de exclusão e abandono escolar – são consistentemente corroboradas pelos resultados obtidos. Isso sugere que, apesar da previsão legal, a realidade prática ainda não oferece o suporte pedagógico necessário e adaptado às especificidades dos estudantes com deficiência na EJA.

Considerações finais

Este estudo, ao investigar a complexidade da educação inclusiva para pessoas com deficiência na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), revela um panorama que, embora legalmente amparado, ainda enfrenta significativos desafios em sua efetivação. A pesquisa bibliográfica demonstrou a carência de estudos aprofundados sobre as práticas e metodologias empregadas para esse público, o que sugere uma invisibilidade acadêmica que se reflete na prática pedagógica e nas políticas públicas. Os resultados obtidos confirmam que, apesar das disposições legais que garantem o direito à educação para todos, os estudantes com deficiência na EJA não contam com uma metodologia de aprendizagem que lhes assegure equidade em relação aos demais alunos. A diminuição das matrículas na EJA, mesmo com o crescimento geral na Educação Especial, e a falta de indicadores sobre práticas pedagógicas específicas para alunos com deficiência nessa modalidade, sublinham a necessidade urgente de intervenções.

Reconhecer e valorizar o estudante com deficiência como um sujeito de direitos, dignidade e potencial, conforme enfatizado por Santos (2020) e Arroyo (2017), é o ponto de partida para transformar a realidade da educação inclusiva na EJA. O debate sobre a equidade educacional para esse público não é apenas uma questão de cumprimento legal, mas um imperativo social para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Referências

ARAUJO, M. A. F. P. de. Percepções docentes sobre a inclusão de estudantes com deficiência na educação de jovens e adultos: (im)possibilidades no âmbito da formação continuada. 2018. Acesso em: 10 jun. 2025.

ARROYO, M. G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. Acesso em: 9 jun. 2025.

BINS, K. L. G. Aspectos psico-sócio-culturais envolvidos na alfabetização de jovens e adultos deficientes mentais. BDTD, [S. l.], 2007. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. *Censo Escolar da Educação Básica 2022: Notas Estatísticas*. [S. l.: s. n.], 2023. 32 p. Acesso em: 9 jun. de 2025.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação 2014–2024*. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SECADI, 2008.

BRASIL. *Educação de Jovens e Adultos: Proposições para a Gestão do Trabalho Pedagógico*, 2006

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 9 de jun. de 2025

BRASIL. *Bases Nacional Comum Curricular*, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/> Acesso em: 9 de jun. de 2025

BRASIL. *Constituição Federal*, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 9 de jun. de 2025.

GOMES, R. V. B. A educação de jovens e adultos e o atendimento educacional especializado: o que dizem as pesquisas (2018–2023)? *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 16 dez. 2024. Acesso em: 10 jun. 2025.

LEITE, G. G; CAMPOS, J. A. de P. P. *Percurso escolar de estudantes com deficiência na Educação de Jovens e Adultos, nível ensino médio*. CAPES, [S. l.], 2018. Acesso em: 23 jun. 2025.

PENATIERI, T. B. V. Cresci, e agora? Jovens, adultos e idosos com autismo matriculados na EJA. BDTD, [S. l.], 2021. Acesso em: 23 jun. 2025.

SANTOS, L. L. A. G; Estratégias pedagógicas para alunos com deficiência: pesquisa-ação na EJA em uma escola municipal de Salvador. [S. l.], 2020. Acesso em: 23 jun. 2025.

SEIXAS, S. R. B; Práticas pedagógicas aplicadas na educação de jovens e adultos da educação especial. BDTD, [S. l.], 2024. Acesso em: 10 jun. 2025